Secretaria de Justiça,
Direitos Humanos
e Prevenção à Violência

BOLETIM INFORMATIVO DA GTCI

EDIÇÃO 03 I AGOSTO 2026

PERÍODO ELEITORAL: PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Com a aproximação do período eleitoral, os órgãos e entidades da Administração Pública devem observar as restrições previstas na legislação quanto à publicidade institucional. O objetivo é assegurar a igualdade de oportunidades entre os candidatos e preservar os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa.

O QUE MUDA?

Nos **três meses que antecedem o pleito**, é vedada a autorização ou a veiculação de publicidade institucional relativa a atos, programas, obras, serviços e campanhas dosórgãos e entidades públicas, ainda que possuam caráter educativo, informativo ou de orientação.

A vedação está prevista no **art. 73, inciso VI, alínea "b", da Lei no 9.504/1997 (Lei dasEleições)** e aplica-se aos agentes públicos da circunscrição em que ocorrerá a eleição.

EXCEÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO

A publicidade institucional somente poderá ser realizada nas seguintes hipóteses:

- quando houver grave e urgente necessidade pública, reconhecida pela Justiça Eleitoral; ou
- quando se tratar de produtos e serviços que possuam concorrência no mercado.

ENTENDIMENTOS DA PGE-PE E DO TSE

A Cartilha de Vedações Eleitorais da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, com fundamento na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), destaca importantes orientações para a Administração Pública.

CONDUTAS VEDADAS

Promoção pessoal por meio da publicidade institucional

Mesmo nas hipóteses excepcionais em que a divulgação seja admitida, a publicidade não pode extrapolar seu caráter meramente informativo, educativo ou orientador para promover ou enaltecer a imagem do gestor público, sob pena de configurar desvio de finalidade eviolação ao princípio da impessoalidade.

Manutenção de marcas promocionais da gestão

A PGE-PE orienta que marcas, slogans ou demais elementos de identidade promocional da gestão não permaneçam em fachadas de prédios públicos, placas de obras e veículos oficiais durante o período de vedação.

Permanência de publicidade institucional nos canais oficiais

Segundo entendimento do TSE, não basta interromper novas publicações. As publicidades institucionais divulgadas antes do início do período eleitoral também devem ser revisadas, pois sua manutenção em sítios eletrônicos, portais e redes sociais oficiais pode caracterizar infração à legislação eleitoral.

CONDUTAS PERMITIDAS

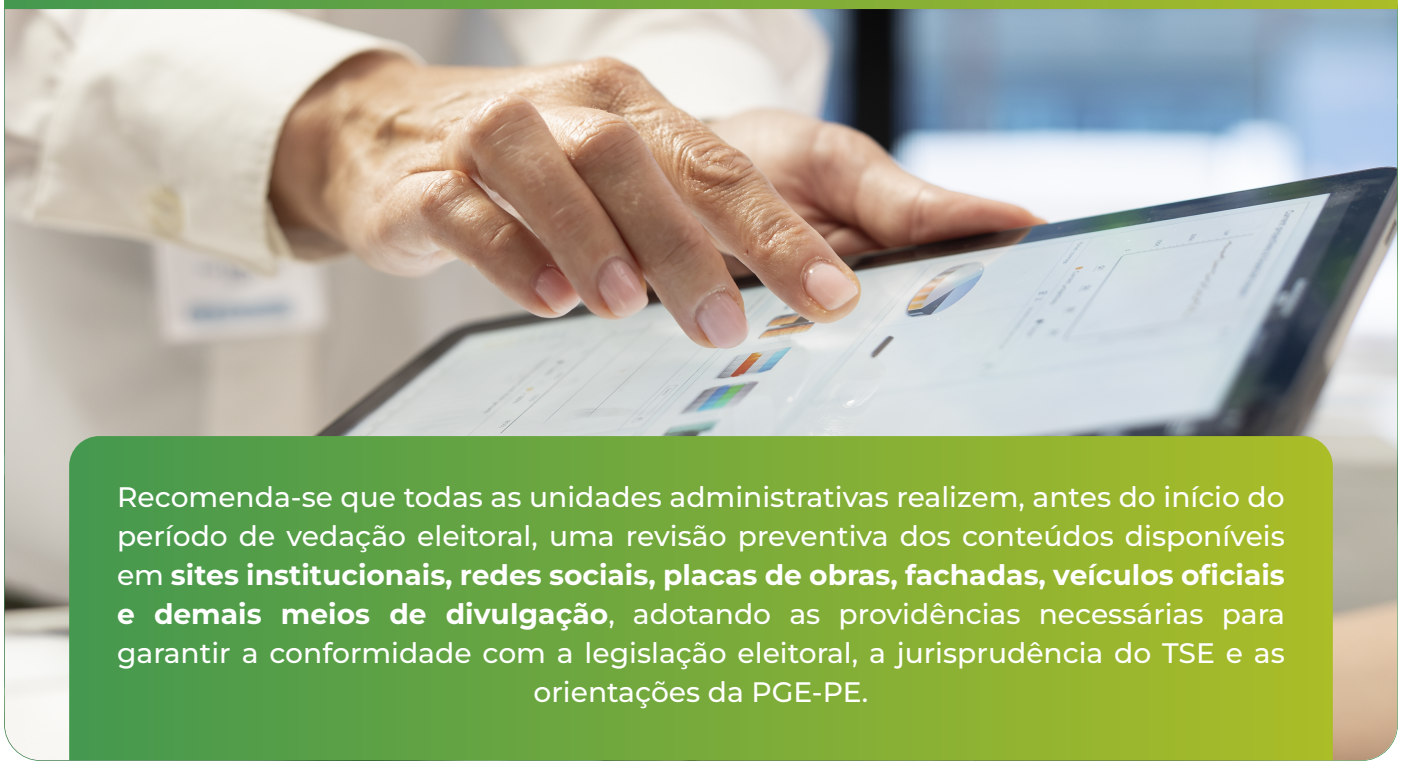
Publicação de atos oficiais

Permanece permitida a divulgação de leis, decretos e demais atos oficiais necessários ao funcionamento da Administração Pública, por não possuírem natureza de publicidade institucional.

Divulgação em perfil pessoal do candidato

É admitida a divulgação, em perfil pessoal e às expensas do candidato, de atos praticados durante o exercício do mandato, desde que observadas as demais normas da legislação eleitoral.

ORIENTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO



Recomenda-se que todas as unidades administrativas realizem, antes do início do período de vedação eleitoral, uma revisão preventiva dos conteúdos disponíveis em **sites institucionais, redes sociais, placas de obras, fachadas, veículos oficiais e demais meios de divulgação**, adotando as providências necessárias para garantir a conformidade com a legislação eleitoral, a jurisprudência do TSE e as orientações da PGE-PE.

Tem dúvidas sobre rotinas, boas práticas ou regras internas?
Fale com a gente. Estamos aqui para apoiar seu trabalho!

FALE COM A DCI:

controleinterno@sjdh.pe.gov.br